

RELENDO A "ARQUEOLOGIA PRÁTICA" DE ABEL VIANA

Por ALBERTO A. ABREU *

Abel Viana foi professor primário e em quase tudo o resto autodidacta. E como a Arqueologia é disciplina que se aprende no terreno, fazendo, Abel Viana constitui, em Arqueologia, um dos abundantes exemplos de “*self-made*”. Subiu a vida a pulso e deve ter sentido a frustração de se ver impossibilitado de subir mais alto. Impossibilitado pela vida que nunca lhe proporcionou “muletas”, lhe negou mesmo degraus e até lhe suscitou invejas que lhe estenderam tropeços. Foi muita paciência e dedicação e as boas relações que manteve e cultivou com a Direcção das Casas do Povo e com a Junta Nacional de Educação que lhe proporcionaram alguns parcos apoios financeiros. Contudo “*Algumas noções elementares de Arqueologia prática*” foi obra que saiu como edição do autor.

Por que a escreveu então? Decerto não para realizar proventos, porque, se o foi, calculou mal: a obra foi mal distribuída e ainda hoje aparece aqui e ali sem vestígios de uso. Nenhum dos meus professores na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a citou na bibliografia das respectivas cadeiras, não é referido no “*vademecum*” de Jorge de Alarcão para estudos sobre o património monumental e arqueológico e, tirando D. Fernando de Almeida na *Arte visigótica*, só os arqueólogos ligados aos Serviços Geológicos (que também acolheram Afonso do Paço) o referem. Porque a obra não vale? É o que vamos procurar discernir.

1. Abel Viana faz anteceder a *Arqueologia prática* de um “preâmbulo explicativo” que muito convém, para estes propósitos, analisar.

Aí lhe chama “modesta” e “pequena guia” e diz tê-la escrito a pedido “dos que desejam obter algumas informações, claras e úteis, no respeitante à investigação da arqueologia nacional”. Procura, paternalmente, que esses não venham a sofrer das dificuldades que ele teve de início em “identificar

* Licenciado em História. Arqueólogo com plano de investigação de Arqueologia Medieval e Moderna no Baixo Lima.

as estações arqueológicas portuguesas”. Propõe-se, portanto, dar informações “claras e úteis” e a iniciandos. Não se destina aos que pretendam especializar-se, nem “aos que já conhecem” os assuntos aí tratados. Por isso, não é de admirar que poucos confessem ter utilizado esta obra. Mas Viana, com o humor cáustico que tantas vezes soube utilizar com mestria, também afirma que a não destina aos que presumem tudo saber (“que, por terem nascido já ensinados, não sentem precisão de saber mais”). Mas nem assim teve êxito comercial.

A obra destina-se, afinal, prioritariamente, às pessoas que podem ser protagonistas de um achado fortuito, pretende contribuir para a salvaguarda desse património emergente, e é este o seu maior mérito. Abel Viana considerou-se um dos “‘homens bons’ amigos dos monumentos da sua terra” referidos no preâmbulo do Dec.-Lei nº 20 985 de 7 de Março de 1932 com que Portugal se compaginou com a Carta de Atenas, do ano anterior. Naturalmente, como tantas outras pessoas, concluiu, do dispositivo destinado por esse Decreto-Lei à salvaguarda dos nossos monumentos, que as Casas do Povo, pela sua implantação territorial e pela sua relação directa com os agricultores (os mais usuais achadores), podiam desempenhar, neste âmbito, um papel insubstituível. E foi para os sujeitos desta estrutura corporativa e para que ela criasse pequenos museus locais que educassem e motivassem a salvaguarda dos achados que parece que ele escreveu este livro. Por isso, Abel Viana é de opinião que os achados ocasionais se entreguem na Casa do Povo local e que é esta que se deve encarregar de comunicar o achado ao delegado concelhio da Junta Nacional de Educação.

E esta obra tornava-se tanto mais necessária, quanto o progresso resultante dos Programas de Fomento (iniciados em 1953 e que viam, em 1962, o êxito já do Segundo), ao induzir novas construções, abertura de estradas e a renovação da agricultura (com “plantação de arvoredos ou cavas fundas, para fins agrícolas”) tinha multiplicado os achados arqueológicos no campo e no subsolo das zonas urbanas. Por isso ele diz mais à frente que, não escrevendo para arqueólogos, o faz, porém, “para pessoas que em ocasiões de cavar, arranque de arvoredos, abertura de poços, de caboucos e outros serviços idênticos, saibam como convirá proceder”.

Por uma razão de bom senso, mas também porque a Lei o proibia, Abel Viana não ensina aqui a conduzir uma escavação. Mas à frente não foge a essa tentação e ao que ele aí expende me referirei também. Contudo, no seu

ABEL VIANA

ALGUMAS NOÇÕES ELEMENTARES
DE
ARQUEOLOGIA PRÁTICA



BEJA
1962

parecer, quando os achados ocasionais ocorrerem “à beira de pedras grandes, tombadas”, nesse caso (ele não explica porquê), “não fará transtorno de monta” (isto é, pode fazer algum transtorno) “cavar com um pouco de cautela”. Para estudar o passado? para o reconstituir?. Não: “a fim de se obterem inteiros objectos aí enterrados”. Neste caso, estamos a ver como o “*fétiche*” do objecto pode até obnubilar a mente dum homem que tanto e tão beneficentemente defendeu o património. Mas repare-se que é o património objectual e não o património da ciência que o preocupa, pelo que acaba por admitir a intervenção dum curioso sem formação apenas com “um pouco de cautela” só porque pode recuperar um objecto inteiro (não interessa saber o contexto estratigráfico, que esse prejuízo, para ele, “não fará transtorno de monta”).

É esta mesma preocupação museotípica que o leva a recomendar que se recolham, da cerâmica, “sobretudo os fundos, bordos, asas, e aqueles que tenham ornatos, estes quase sempre gravados (“*incisos*”), e algumas vezes também em relevo.” Quer isto dizer que Abel Viana aconselha a recolher aquilo que hoje é objecto de desenho nos relatórios e publicações, precisamente porque o critério de recolha não é científico, mas museográfico: “Tudo isso ficará bem nos Museus das Casas do Povo ou quaisquer outros”.

2. O arqueólogo amador pode sentir-se, nas circunstâncias pressupostas, obrigado (quando não mesmo tentado) a proceder a uma escavação. Por isso, Abel Viana entendeu dever assinalar-lhe o método respectivo. Segundo ele, deve começar-se por uma limpeza do terreno. Depois, faz-se um corte de sondagem, que nos permite verificar a estratigrafia. A escavação vai realizar-se a partir daqui. Se não houver uma vala para orientação, aconselha Viana a cavar por camadas de 50 cm de espessura, nunca levando a escavação directamente ao fundo. Ocorre perguntar com que critério edafológico se estabelece esta bitola dos 50 cm; onde localizar a “vala de sondagem”; se não há riscos em “levá-la até ao fundo”, porque é o que tem de fazer quem a quiser como orientação de toda a campanha de intervenção. Mas é importante que Abel Viana diga que se deve escavar seguidamente e não aqui e acolá.

No decorrer da exumação, os cuidados que Abel Viana aconselha são, orientados pela sua grande prática, de reter: não retirar nenhuma pedra sem a certeza de que se trata duma pedra solta; “prestar atenção especial às

camadas de cinza e terra queimada”; não dispersar os materiais cerâmicos que aparecerem juntos (podem pertencer à mesma peça e permitir reconstituí-la); não misturar fragmentos metálicos com cerâmicos; fazer plantas e fotografias sucessivas dos achados; medir, fotografar e desenhar as principais peças exumadas; não guardar objectos metálicos em vasos de barro (para não oxidarem) nem tentar endireitá-los; não lavar a cerâmica pintada, mas limpá-la com um pincel fino; não escavar com terreno húmido (devido ao risco de se perderem, por deficiente visibilidade, objectos pequenos); e, mandamento importante e infelizmente ainda actual, consolidar o que for sendo exumado. Este sistema acusa, porém, duas grandes deficiências. Uma delas é a ausência de quadriculação (a que o texto se não refere nem se vislumbra em qualquer imagem, nomeadamente na foto da fig. 44). Ora a quadriculação é um meio particularmente útil para a notação, desenho e implantação das peças e estruturas exumadas. Mais grave é, porém, a meu ver, a ausência de cortes estratigráficos, que se não vêem em nenhuma imagem.

Mas, do ponto de vista da atitude científica, este homem que sempre se mostrou avesso à teorização, recomenda uma atitude de humildade perante o real e de busca incessante e insatisfeita. Segundo ele, não se deve escavar “com fins preconcebidos”, como se se pudesse induzir o resultado da pesquisa em curso a partir da experiência anterior ou da lição dos livros: o arqueólogo deve escavar com total abertura à novidade, ao insuspeitado. Mas esta atitude tão saudável é logo na mesma página empanada pelo exagero, quando Viana manda, como expressão desta abertura, “esquecer as regras e tudo o mais que se tiver aprendido nos livros”.

Ora não há verdadeira ciência que não seja teórica, ou, pelo menos que se não estribe solidamente na teoria. Era, aliás, este o mal corrente da Arqueologia e não só em Portugal. Seis anos depois deste livro de Abel Viana, ainda David L. Clarke chamava a atenção para o facto de a Arqueologia carecer duma metodologia devidamente fundamentada teoricamente e dum corpo de teoria que enquadrasse o comum e correlativamente valorizasse o achado excepcional. Por isso, segundo ele, continuava a Arqueologia acantonada no domínio da intuição e duma inexplicita destreza aprendida pela rotina. É o domínio do empirismo, que ainda se encontra materializado no aforismo segundo o qual Arqueologia se aprende fazendo-a. Ora, sem retirar à prática o muito que com ela e só com ela se aprende, não podemos

deixar a Arqueologia relegada para o escalão das técnicas e dos métodos, entregue ao empirismo de habiidosos, quando outras ciências já se emanciparam da situação menor de “ciências auxiliares”.

3. Após o preâmbulo, o livro começa por uma resenha da Pre-História e da História Antiga para cujo estudo se usa exclusiva e predominantemente a Arqueologia. Os conhecimentos de Pre-História revelados aí aparecem hoje francamente ultrapassados e alguns já o estavam na época, o que é resultado do autodidactismo (sempre mau conselheiro em termos de opções e actualizações bibliográficas). De facto, a cronologia está francamente obsoleta dum modo geral, das glaciações só é referida a würmiana, parecendo desconhecer-se as anteriores, com a agravante de se reproduzirem materiais que habitualmente se relacionam com os horizontes cronológicos pleistocénicos das glaciações anteriores. Mais grave ainda (e importante graças aos achados antropológicos e arqueológicos de Muge e do Vale do Sado) é a falta de referência ao Mesolítico, período a que Mendes Correia tanta importância atribuiu na génese antropológica do homem português.

Outras omissões não devem ser consideradas falhas por se relacionarem com a temática da obra. É o caso da falta de referência a achados arqueológicos do subsolo e a limitação aos de superfície.

4. Relativamente ao livro, Abel Viana não deixa de ter sobre ele opiniões claras. Define-lhe os objectivos e o público a que se destina, como analisámos. Mas também prevê que se lhe apontem defeitos. Entre eles, refere: a falta dum plano, a “mediocridade do aspecto gráfico” e sua falta de concatenação lógica. É o que passarei a apreciar.

Abel Viana faz, no preâmbulo explicativo, uma referência à bibliografia apresentada. Essa bibliografia aparece ao cabo das legendas das figuras, legendas essas que são, dum modo geral tão extensas, que constituem um texto paralelo. É este, sem dúvida um dos aspectos de falta de lógica para que o autor nos previne, como já se referiu. Mas é também um dos seus aspectos mais originais, porque a sequência das imagens e respectivas legendas nos faz passar perante os olhos o que parece ser o ficheiro do autor.

A obra, aliás, parece o resultado duma colagem de textos previamente redigidos para fins diversos. Assim, o “Brevíssimo excursão acerca do nosso mais remoto passado” deve provir duma palestra, da qual conserva ainda

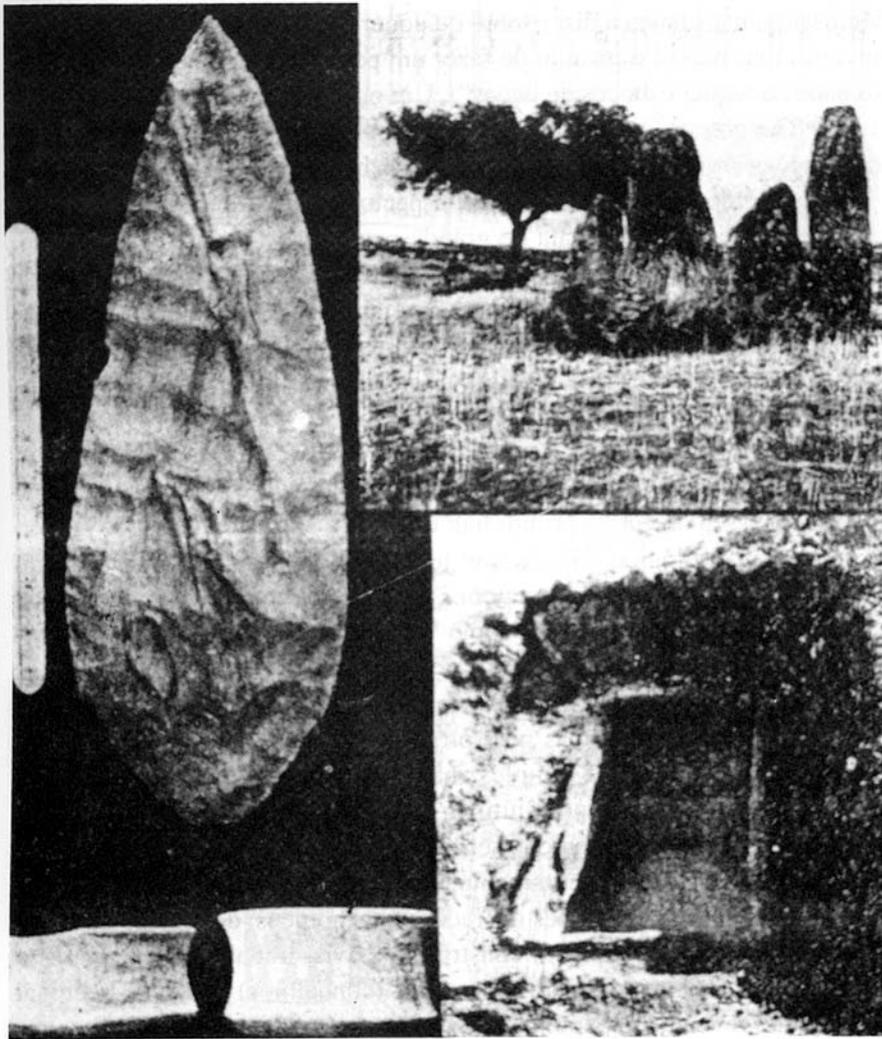


Fig. 2 - *Eneolítico ou Bronze mediterrânico I*: Alabarda de sílex, de Vila Fernando, pertencente ao Museu Arqueológico da Fundação da Casa de Bragança, em Vila Viçosa. - Dólmen n.º 2 de São Rafael, freguesia da Ajuda. *Bronze mediterrânico II (argárico)*: duas urnas de tipo argárico, da Folha da Amendoeira; cista do mesmo tipo, da Corte da Azinha, arredores de Beja.

Bibl. - A. Viana. NOT., ARQ. e ETNOG. «Arq. de Beja», X. 1953. A. Viana e A. D. de Deus, MAIS ALGUNS DÓLMENS... etc.

marcas de oralidade. (Sirva-nos de exemplo este excerto, onde Viana diz: “Muitíssimo mais havia a dizer sobre qualquer dos pontos desta nossa rápida conversa, mas não se trata aqui de fazer um pequeno curso de Arqueologia. Isto não são sequer esboços de lições”). Um outro texto está datado de 1958. É o §10 (Congressos Arqueológicos) do capítulo “Arqueologia. Arqueólogos e escavações arqueológicas; monumentos, achados, espólios e museus”.

Do ponto de vista gráfico, há um aspecto negativo que não pode ficar sem reparo: é a falta de escala de grande parte das imagens. Acresce que, como nas figuras que se anexam, o autor juntou (ao que suponho para poupar na zincogravura) vários objectos de épocas, tamanho e índole diversa. Daqui só pode redundar em confusão, a qual só uma passagem demorada por um museu bastante rico nestes achados pode desfazer ou, se calhar, apenas minorar.

5. O aspecto mais actual da mensagem contida neste livro é aquele que suponho ser o seu objectivo primordial: a defesa e enriquecimento do “nosso património arqueológico”. É ele que justifica o esforço e a dedicação do arqueólogo amador e as precauções e cuidados que ele deve pôr na recuperação dos objectos. Porque, como Viana sintetiza, “desprezá-lo, destruí-lo, é mau serviço para a Nação”.

As causas da degradação do património são, segundo Abel Viana, de dupla origem: “as provocadas pela própria acção do tempo; as devidas à ignorância, à cubiça ou à simples maldade dos homens”, às primeiras acrescentando as causadas por animais e pela vegetação. A protecção das ruínas contra as intempéries pode ser realizada por obras de consolidação e outras obras de protecção: escoramento, reforços, restauros, coberturas. Mais difícil é prevenir as depredações operadas pelos homens: donos dos terrenos, caçadores de tesouros, rapazio, construtores civis, trabalhos particulares e obras públicas. A instituição dos delegados (concelhios) da Junta Nacional de Educação revelara-se para Abel Viana de notável “inutilidade”: “porque não dispõem de recursos materiais para o cabal exercício de tal vigilância”; “porque não lhes é praticamente concedida autoridade ou poder suficiente com que possam fazer valer a sua intervenção” e “porque sua própria condição de meros informadores, ou denunciante, os inferioriza no meio social em que estão incumbidos de agir, concitando contra si a animadversão de pessoas e entidades às quais em vão se poderiam opor.” E tudo isto

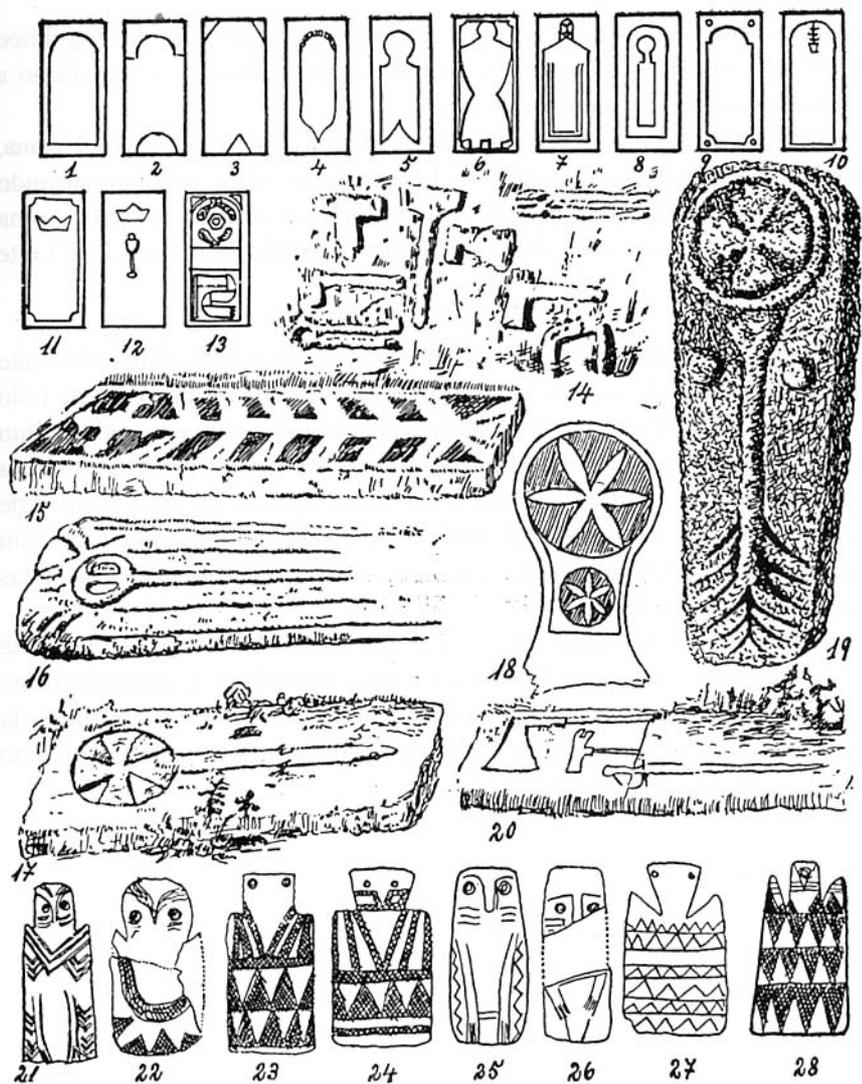


Fig. 1 – 1 a 13 – Lápides sepulcrais de cemitérios galegos da actualidade: 1 – Moimenta, 2 – Filgueira, 3 – Dozón, 4 – Bernés, 5 – Dozón, 6 – San Fiz (Xesta), 7 – Rodeiro, 8 – Zobra, 9 – Calda de Reis, 10 – Alvarelhos, 11 – Santa Cruz (Lobeira), 12 – Matamá (Vigo), 13 – Ventosa (segundo Joaquim Lorenzo Fernandes), 14 – Laje tumular de Marco de Canavezes con ferramenta de ferrador, 15 – Laje da Igreja de Cedofeita (Porto), 16 – Laje de Pedroso (Felgueiras), 18 – Estela moderna de Valcarlos (Navarra), 19 – Laje tumular de São Salvador do Pinheiro (Guimarães), Dim.: 1,79 x 0,47 a 0,32 x 0,27. 20 – Laje tumular do Museu Nacional de Soares dos Reis (Porto), con a figura de un machado, un martelo e una espada, 21 a 28 – Placas funerarias.

acontece, na óptica de Abel Viana, por causa do desinteresse do poder público pelo valor científico dos achados, estando as autoridades e a legislação a atender apenas ao seu valor monetário.

Por outro lado, o poder público quase se limitava a proibir. E Abel Viana, perante a constatação da ineficácia da legislação em vigor, desabafa dizendo quanto mais eficaz não seria um contacto afável com as pessoas, “uma solicitação cortez, sensata e aliciante”, como, segundo ele, fizera José Leite de Vasconcelos.

Sensata, cortez foi a actuação deste homem, dotado aliás dum penetrante e por vezes bem ácido sentido de humor, que se fez a si mesmo e quase tudo aprendeu sozinho. É assim que ele se nos apresenta na obra em análise, com “quase quarenta anos de autodidactismo (ou de amadorismo, que dá na mesma), e apenas auxiliado ao entrar no último quartel da vida, é autor de muitas dezenas de modestas mas bem intencionadas notícias, que totalizam alguns milhares de páginas, sem jamais se permitir o luxo ou pirotecnia das interpretações pretensiosas”.

A obra aí fica. Ultrapassada porque deu fruto. A sua análise torna-se indispensável para se fazer a história da ciência arqueológica, nomeadamente em Portugal. Ora se toda a ciência é teórica, constitui também uma lição da Ilustração setecentista que ciência só progride a passos seguros quando conhece a sua própria história.